



Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico. ISSN: 2446-6778
Nº X, volume X, artigo nº X, ---/--- 2017
D.O.I: <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/vXnXaX>

O VALOR DA DEMOCRACIA EDUCACIONAL E O AMBIENTE ESCOLAR

WESTERGLEI APARECIDO DA CRUZ

Licenciando em Geografia

Renato M. Resgala Jr.

Mestre em Letras

Resumo

O valor de uma boa Gestão Educacional democrática deve e tem a função de organizar todos os elementos que, direta ou indiretamente, influenciam no trabalho pedagógico. Sua função é garantir que as ações tomadas garantam a qualidade do processo de ensino aprendizagem, de uma forma participativa, onde a Comunidade escolar é envolvida nas decisões para a elaboração do **Projeto Político Pedagógico**, para o uso dos recursos financeiros e para o acompanhamento dos processos de aprendizagem e o espaço escolar tem ampliado os debates atualmente, mas para isso é preciso ter uma boa comunicação e uma mobilização desses atores e essa comunicação precisa ser constantemente realizada, essa afirmação se faz necessária para a diminuição dos transpormos na realidade da educação brasileira no cotidiano a acaba exigindo uma compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Agir de forma Democrática onde acaba rompendo e separando a fatores entre concepção e execução, buscando resgatar o controle do processo e do produto ou seja do trabalho a ser realizado pelos educadores.

Palavras-chave: Gestão Educacional, Comunidade Escolar, Democrática.

Abstract

The value of a good democratic Educational Management should and has the function of organizing all the elements that, directly or indirectly, influence the pedagogical work. Its function is to guarantee that the actions taken guarantee the quality of the teaching-learning process, in a participatory way, where the school community is involved in the decisions for the elaboration of the Pedagogical Political Project, for the use of financial resources and for the follow-up of the processes. of learning and the school space has currently expanded the debates, but for that it is necessary to have good communication and a mobilization of these actors and this communication needs to be constantly carried out, this statement is necessary for the reduction of transposes in the reality of Brazilian education in the everyday life ends up demanding an in-depth understanding of the problems posed by pedagogical practice. Acting in a democratic way, which ends up breaking and separating the factors between conception and execution, seeking to recover control of the process and the product, that is, of the work to be carried out by educators.

Keywords: Educational Management, School Community, Democratic.

1. INTRODUÇÃO

A democracia é um conceito político que se baseia no conjunto de direitos que todos devem ter o que inclui o compartilhamento do poder, os deveres e as responsabilidades de cada um de acordo com a sua fase na vida e suas funções sociais. Fundamentalmente, democracia significa autogoverno: a crença (por vezes, tida como ideal) de que grupos, associações, sociedades e Estados têm a capacidade de governar a si próprios e resolver seus próprios problemas, de forma coletiva e participativa.

Ao pensarmos em democracia, pensamos politicamente, não importa em que ambiente. E, à medida que pensamos politicamente, ganhamos mais ferramentas para pensar o que é justo, o que é necessário, o que deve ser mantido e o que deve ser mudado radicalmente em nossa sociedade. Faz parte da história que novos direitos, novos personagens e, conseqüentemente, novas demandas entrem em cena, conforme as sociedades se transformam. E é pela escolha e pela ação políticas que as sociedades se transformam.

A democracia é um regime de governo e também um “modo de vida” que se orienta pelo respeito mútuo, pelo diálogo e pela participação solidária em prol do bem comum, em todas as relações sociais cotidianas. O exercício da política, no sentido aqui adotado, é parte intrínseca da vida de todas as pessoas. Assim, ela implica não só o diálogo, mas a tomada de decisões por parte de comunidades. Fazer política em uma democracia é um modo prazeroso (embora demande trabalho) de resolver problemas, em que o processo é valorizado tanto quanto os efetivos resultados. Então como educadores, a questão a enfrentar é como criar condições para “aprender democracia”, aprendizado que ocorre coletivamente, pois “se aprende” por meio das atitudes e das práticas.

2. AUTORIDADE COM RESPONSABILIDADE

Em meio ambiente escolar existe um poder instituído, uma hierarquia que expressa diferentes responsabilidades educativas, da qual a escola não pode abrir mão. O diretor, por exemplo, responde por toda a escola, por tudo o que acontece no seu âmbito. Ou seja, os cargos e as funções mais altas na estrutura hierárquica pressupõem maior responsabilidade, não no sentido de importância, porque, numa escola, a responsabilidade de todos é igualmente importante, mas no sentido de sua abrangência e da prestação de contas à sociedade e ao poder público.

Os adultos são os responsáveis pela vida na escola: pelo ensino e pela aprendizagem, pela manutenção do espaço, pela segurança e pela qualidade do convívio, entre tantas tarefas que fazem parte da função da escola. Para exercer essa responsabilidade, os adultos necessitam de autoridade. A autoridade é necessária e não se opõe à prática democrática. Contudo, a autoridade necessária à democracia não é apenas formalmente instituída, precisa ser legitimada, e essa legitimação implica que seja exercida na perspectiva da garantia dos direitos e da execução das decisões coletivas.

A autoridade se baseia no reconhecimento e no respeito mútuo: tem autoridade quem é respeitado e é respeitado quem respeita. Respeito, por sua vez, não é obediência nem medo. Desse modo, a autoridade não é obtida pelo uso da força ou de qualquer tipo de violência, como a ameaça e a coação. Entre professores e alunos, a autoridade é permeada pelo processo de construção de conhecimento, assimilado e transformado pelo aluno com a mediação do professor. Por isso, o respeito que recebe dos alunos e, conseqüentemente, sua autoridade dependem, em grande parte, de sua dedicação profissional, isto é, do quanto se dedica à formação dos alunos, incluindo aqui não apenas a criação de situações de aprendizagem, mas também suas atitudes no convívio.

“ É da essência da democracia considerar a lei como um produto da vontade coletiva, e não como a emanção de uma vontade transcendente ou de uma autoridade de direito divino. Portanto, é da essência da democracia substituir o respeito unilateral da autoridade pelo respeito mútuo das vontades autônomas. Logo, o problema é saber o que preparará melhor a criança para sua futura tarefa de cidadão. É o hábito da disciplina exterior adquirido sob a influência do respeito unilateral e da coação adulta ou é o hábito da disciplina interior, do respeito mútuo e do self-governement?”

(PIAGET, 1994, pag. 270)

Entretanto, a escola não se resume à sala de aula, e os outros espaços são igualmente essenciais para a atuação educativa e para a prática democrática. Por isso, a democracia na escola pede o reconhecimento da autoridade, não só de professores, coordenadores e diretores, mas também dos demais funcionários e dos familiares dos alunos, como educadores que são. Todos eles constroem sua autoridade quando, do seu lugar de poder diferenciado, optam por se respeitar e respeitar os alunos, por buscar ser justos, por se dedicar às suas responsabilidades com empenho e profissionalismo, quando assumem esse compromisso e o demonstram por meio das suas atitudes.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A partir da década de 1990, como vimos em decorrência do que havia sido aprovado na Constituição Federal e posteriormente com a LDB de 1996 surgiu uma série de experiências que buscavam fomentar a ideia de gestão democrática da educação brasileira. A palavra “gestão” é frequentemente usada como sinônimo de administração, muitas vezes associada a formas mais ou menos autoritárias de chefia, mando, decisões unilaterais e não transparentes. “Administração” se refere aos processos mais técnicos e específicos de execução e controle sobre o fluxo contínuo do cotidiano escolar, como serviços de secretaria e tesouraria, atendimento a alunos e famílias, zeladoria e segurança.

Entretanto, nas palavras da professora Maria Victoria Benevides, a gestão tem também um sentido mais amplo, político e relevante, pois inclui a orientação valorativa de objetivos e metas, com os processos decisórios e normativos pertinentes e as responsabilidades daí decorrentes. A gestão escolar democrática é um processo em construção permanente, sempre referente às características próprias de cada escola e da realidade social e cultural de seu entorno. Tem um caráter pedagógico e emancipatório, no sentido da formação de personalidades democráticas em direção à cidadania ativa”.

“Outro conceito muito importante quando se fala de democracia é o de cidadania”. Os membros do coletivo escolar são, antes de tudo, cidadãos e têm direito de exercer a cidadania na escola e por meio da escola, exigindo o cumprimento de direitos, propondo medidas para melhorias, apresentando demandas e propostas de solução, como projetos desenvolvidos junto à comunidade do entorno, por exemplo.

(BENEVIDES, 1991,pag. 208)

4. BASES DE EXIGÊNCIAS PARA UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

- Participação ampliada (interna e externa à escola) nos processos decisórios de interesse da comunidade escolar, com corresponsabilidade, diálogo, respeito mútuo, colaboração, solidariedade.
- Clareza sobre os objetivos, os direitos e os deveres relativos a todas as funções e tarefas desenvolvidas no âmbito escolar.
- Criação e consolidação de mecanismos e espaços de reuniões, deliberações e tomada de decisões, com liberdade de palavra e voto para todos, com respeito às divergências, com estímulo à criatividade e com destaque à participação das famílias.
- Conhecimento constantemente atualizado da realidade socioeconômica e cultural dos alunos e da comunidade escolar, assim como das condições de trabalho de docentes, técnicos e profissionais de apoio.
- Disponibilidade para questionar práticas tradicionais estabelecidas, visando a mudanças mais eficazes e mais éticas para os fins pretendidos.
- Transparência dos processos administrativos e pedagógicos, garantindo o acesso à informação e a legitimidade de fiscalização.
- Formação gradual e constante de sujeitos políticos, capazes de julgamento crítico, de identificação dos problemas, dos diferentes interesses e demandas, assim como de colaboração em trabalho coletivo.

5. CONSELHOS ESCOLARES

São órgãos colegiados que debatem, acompanham e deliberam sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras das escolas. São formados por representantes da comunidade escolar e local. Os conselhos escolares são regidos por estatutos e são obrigatórios, ao Ministério da Educação cabe a eles deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, participar da elaboração do projeto político-pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação.

Assim, quando os membros de um conselho desenvolvem uma articulação consistente, a escola se fortalece, atendendo às expectativas da comunidade ou sabendo responder melhor às demandas ainda não atendidas. Lembrando que cada escola deve estabelecer seu próprio regulamento para a eleição dos integrantes do conselho. Este regulamento deve conter regras transparentes e democráticas. A convocação para a criação do conselho pode surgir por iniciativa do diretor da escola ou de qualquer um dos representantes. Os conselheiros devem ser escolhidos pela sua possibilidade de efetiva participação, disponibilidade e compromisso. É preciso saber também dialogar e respeitar as decisões da maioria.

6. REUNIÃO DE PAIS

Essa terminologia tem sido tradicionalmente utilizada pelas escolas. Hoje, algumas redes de ensino vêm utilizando outras expressões, como reunião de famílias, com o intuito de realçar e valorizar a diversidade de organizações familiares que sabemos existir. Talvez a forma mais comum de participação dos familiares, essas reuniões geralmente são pouco valorizadas e, muitas vezes, acontecem em horários inviáveis para a maioria daqueles que poderiam participar efetivamente desses encontros.

Em um número significativo de escolas, normalmente as reuniões são realizadas para informar os familiares sobre o comportamento, as notas do boletim escolar e os problemas que os alunos estão enfrentando. Com isso, infelizmente, muitas vezes são colocadas questões de natureza pessoal o que seria mais adequado lançar mão de encontros privados e perde-se a situação coletiva como oportunidade de compartilhar objetivos e possibilidades educacionais, reconhecendo que familiares e mestres são educadores que compartilham a educação dos alunos, cada um no seu âmbito, em seu papel e sua função.

As reuniões de pais podem ser momentos de troca de experiências e de discussão dos temas educacionais da escola, momentos de conhecer melhor as famílias, suas demandas e expectativas, e de conhecer mais o cotidiano da escola. Reuniões podem ser convocadas para abordar o que vai bem, em vez de falar sempre do que vai mal. Essas reuniões precisam ser bem preparadas, contar com materiais que fundamentam o que se quer discutir e também com momentos de descontração do grupo e de acolhimento. Acolher é ação que, por vezes, leva tempo; e todas as reuniões precisam ter itens que favoreçam esta atividade.

7. REPRESENTANTES DE CLASSE

Eleger um aluno e seu representante para ser a voz da turma é construir um elo entre a sala de aula e a equipe gestora. Cada escola define as atribuições que cabem ao representante de classe segundo as demandas de cada projeto político-pedagógico, não havendo rigidez ou legislação sobre isso. É um recurso de cada escola para suas necessidades, um exercício de participação que promove a capacidade de organização e a compreensão do que seja a representação e se mostra muito eficaz na experiência democrática e na formação de líderes na escola.

8. GRÊMIOS ESTUDANTIS

Trazendo a ideia de coletivos de estudantes que tomam para si a corresponsabilidade pelos destinos de sua escola, os grêmios estudantis são o começo da participação política e representam um espaço de debates, luta pela liberdade de opinião e expressão, atuação e presença, fortalecimento de vínculos e um espírito de colaboração intensa entre todos. No Ensino Fundamental, o grêmio estudantil é um espaço para que os alunos se vejam dentro da comunidade escolar e aprendam a pensar com autonomia as suas questões e também para debater aspectos mais amplos da sociedade. Sob a orientação de educadores, os alunos estabelecem suas regras, elegem seus dirigentes e podem atuar nas mais diferentes áreas: esporte, cultura, processo pedagógico, política, gestão escolar. Além de ser uma instância que favorece o protagonismo coletivo e o entusiasmo, os grêmios possibilitam o convívio, o senso de responsabilidade e cooperação e a busca de uma autonomia cada vez maior. Por tudo isso, é importante e necessária a presença de educadores que se disponham a orientar os alunos na criação e na gestão dos grêmios. O ideal é que os alunos de todas as escolas de Ensino Fundamental possam ter essa experiência.

9. ASSEMBLEIAS NA ESCOLA

As assembleias são fóruns em que se pode refletir coletivamente sobre as questões da vida da escola, levando à melhor interpretação dessas situações e à definição de prioridades e estratégias. Contudo, essas assembleias precisam ser bem preparadas, com pautas definidas com antecedência e de conhecimento de todos, devendo ser orientadas pelos educadores para que os alunos participantes preparem e apresentem propostas, argumentem e contra-argumentem com respeito, ainda que discordem das ideias uns dos outros.

O uso da palavra e da escuta e a busca de argumentos justos e fiéis à questão discutida são essenciais para esse exercício de participação. Com a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar, as assembleias possibilitam discutir e transformar conflitos e problemas do cotidiano, buscando a intervenção de todo o coletivo, encontrando formas de responsabilização pelos fatos e avaliação de suas consequências, numa abordagem democrática que inclui questões como o uso de boné, brigas, desentendimento entre torcidas, alguma regra considerada abusiva. Muito utilizadas para a busca de uma cultura de paz nas escolas e para a consolidação de uma escola justa, as assembleias também podem ser realizadas em sala de aula, com os alunos menores, que, desde pequenos, vão aprendendo a participar delas.

10. REGRAS DE CONVÍVIO: O REGIMENTO ESCOLAR

O Regimento se trata de um documento bastante amplo que abrange todas as ações da escola, incluindo o seu projeto político-pedagógico. No Regimento, estão contidos os valores, os limites e as normas que indicam o horizonte que a escola deseja alcançar como instituição educativa. Nesse sentido, defini-los coloca luz sobre o papel das normas e das regras na vida democrática, que devem servir de parâmetro para a garantia de direitos e a justiça, com base nos princípios da igualdade e da equidade. As regras de convívio podem ser estabelecidas por meio de contratos ou podem ser impostas. Podem simplesmente estar inscritas numa placa, ser tacitamente consensuais ou o resultado de um processo coletivo e decisório transparente.

Para organizar a escola de modo democrático, a participação coletiva na elaboração dessas regras é essencial e, portanto, demanda a criação de processos de discussão e decisão abertos a todos os participantes da comunidade escolar.

Segundo Teixeira (1936, p. 247), “ Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”.

Com isso atende-se à necessidade de as regras sociais serem legitimadas para que sejam seguidas, pois, da mesma forma que os educadores, o Regimento precisa ser respeitado por todos os integrantes da comunidade escolar. O Regimento pode ser compreendido como um processo, uma vez que pode e deve ser sempre reavaliado e revisto. Ele é um documento formal, mas não rígido, pois pode ser reescrito, repensado e rediscutido para acompanhar as necessidades e as novas demandas que vão surgindo.

11. REFERENCIAL TEORICO

Toda esta pesquisa foi elaborada por meio de material de estudo acadêmico, de forma Exploratória e Qualitativa, onde o principal objetivo foi trabalhar os conceitos que habitam dentro de uma comunidade escolar e todo seu entorno, mostrando o universo do mecanismo por trás dos muros da escola para que as seguintes instituições funcionem de forma democrática, foram abordados livros de autores distintos como fontes de pesquisas assim como em sites de secretarias de educação que abordam regras estabelecidas sobre os seguimentos da comunidade escolar.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos destacar que uma gestão escolar democrática abrange vários setores do ambiente da comunidade escolar, professores,diretores, alunos, pais, e toda uma comunidade que habita em torno da escola, dentro de uma gestão escolar democrática possuímos uma gama na qual se destaca o corpo docente, composto por professores, pedagogos e diretores que tem o papel proporcionar uma escola onde todos participem, dentro da instituição possuímos o conselhos escolares, os grêmios estudantis,representantes de classe, as reuniões de pais, e assembleias escolares, todos estes componentes são necessários para que haja uma gestão escolar democrática onde todos possam participar e decidir os rumos da educação.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Maria Lucia Miranda. Jogos para pensar: educação em direitos humanos e formação para a cidadania. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos Humanos, do que se trata? Em DHnet: Boletim de Capacitação, n. 1, outubro de 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>.

BERNARDO, João. Dilemas da liberdade: uma incipiente nova ordem da sociedade. Em Passa Palavra, dezembro de 2011. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/07/98623/>.

CARVALHO, José Sergio. Reflexões sobre educação, formação e esfera pública. Porto Alegre: Penso, 2013.

CATANI, Denice B. et al. (orgs.). Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMUNIDADE EDUCATIVA CEDAC. O que revela o espaço escolar? Um livro para diretores de escola. São Paulo: Moderna, 2013

Secretaria da Educação do Paraná. Conselho Escolar. Disponível em
<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=279>>
Acesso em : 26/ 11/ 2022